

EXCELENTÍSSIMO CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 053/202
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12316/2023

Prezados (as) senhores (as),

A empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, sociedade empresarial limitada, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o n° 02.398.564/0001-50, com sede na Estrada União e Indústria, 7.408 – Casa B, Nogueira, Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 25.730-726, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. **MARCO ANTONIO GALVÃO CARNEIRO DA COSTA**, inscrito no cadastro nacional de pessoas físicas – CPF sob o n° 022.940.477-45, vem tempestivamente, apresentar;

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação, emitida em 24 de outubro de 2023, em que a empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA**, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o n° 25.519.433/0001-89, foi considerada habilitada no certamente. No entanto não obstante a decisão exarada pela ilustre comissão, nesta evidenciada a ausência de cautela tendo em vista o não cumprimento das normas editalícias, conforme demonstraremos nas razões que seguem.

Pede provimento.

Petrópolis, 27 de outubro de 2023.

MARCO ANTONIO GALVAO
CARNEIRO DA COSTA: 02294047745
MARCO ANTONIO GALVAO CARNEIRO DA COSTA
CPF/MF N° 022.940.477-45
Sócio Administrador

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO
GALVAO CARNEIRO DA COSTA:02294047745
Dados: 2023.10.27 11:35:57 -03'00'

I – DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Atende a empresa recorrente aos pressupostos para admissão da inconformidade, quais seja o cabimento do recurso, a legitimidade para recorrer, o interesse para recorrer, a tempestividade, a regularidade formal e material. Vejamos de forma pormenorizada tais pressupostos.

O cabimento do recurso administrativo diz respeito a qualquer decisão da Administração Pública que prejudique o licitante. No caso em exame é cedido o patente prejuízo à manutenção da decisão exarada pela comissão, sendo portanto, hipótese que embasa a interposição de recurso.

A legitimidade para recorrer também foi observada, visto que não é qualquer pessoa que pode recorrer de uma decisão administrativa. Tem que estar legitimado para tal, ou seja, fazer parte da relação jurídica procedimental licitatória. Assim sendo, é o próprio licitante que está habilitado para recorrer, ele mesmo é quem pode interpor o recurso. Desta forma, mais um pressuposto recursal foi atendido.

O interesse para recorrer significa que o licitante tem que demonstrar a necessidade e utilidade de sua interposição, sendo que a necessidade se apresenta quando o recurso é o único meio cabível para a obtenção de uma descrição administrativa que lhe seja mais favorável. Já a utilidade se configura quando o licitante foi prejudicado por uma decisão da comissão de licitação e ele tem a possibilidade de conseguir uma decisão mais favorável ou vantajosa para si com a interposição do recurso, com é o caso em tela.

Da análise dos documentos adunados, observamos que a empresa ora recorrente tomou conhecimento da decisão da Comissão de Licitação no dia 24/10/2023, iniciando-se a contagem para o recurso administrativo findando-se na data de 28/10/2023, estando atendido em sua totalidade o requisito temporal para a apresentação deste recurso.

II – DOS FATOS

A referida licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINA DE ASFALTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) INCLUINDO EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**, ocorre que a empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA**, foi considerada habilitada tendo atendido todas as condições do edital de licitação e seus anexos.

No referido edital de licitação, no item 9.12.1.1. Manutenção e operação de usina de asfalto a quente, não foi atendido em sua plenitude, apresentando para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente a Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1074/2023, onde encontramos algumas inconsistências, conforme a seguir:

O referido serviço constante no Atestado de Capacidade Técnica foi de 01/02/2021 à 01/03/2021, portanto 30 (trinta) dias corridos de operação, o que não é o suficiente para comprovar a capacidade técnica operacional em um contrato que terá 12 (doze) meses de duração.

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Outro fato de extrema relevância é a habilitação jurídica da empresa tendo em vista que consta na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 104552/2023, expedida pelo CREA/RJ e a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica nº 50597, expedida pelo CREA/ES, **habilitam apenas a executarem OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL.**

Enquanto a habilitação profissional de seu responsável técnico, Certidão de Registro Profissional do Engenheiro Civil EDWARD DA COSTA SILVA NETTO, o **habilitam a executar atividades profissionais dentro de suas atribuições:**

Ou Seja:

O Engenheiro Civil não possui habilitação profissional para execução dos serviços que constam no Item 9.1, subitem 9.12,1,1. “manutenção e operação de usina de asfalto a quente”. A empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA**, não possui habilitação junto ao CREA/RJ E CREA/ES para serviços de manutenção e operação de usina de asfalto a quente, que deverá ser executada por profissionais com habilitação para o mesmo, nesse caso **ENGENHEIRO MECÂNICO E ENGENHEIRO ELETRICISTA**, conforme a seguir;

RESOLUÇÃO CONFEA

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 JUN 1973 (EM ANEXO A ESTA);

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletromecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

III – DO PEDIDO

Isto posto, a empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, ora recorrente, vem requer:

Que seja recebido o presente recurso, e seja reconsiderada a decisão da Comissão de Licitação no que tange a ter sido habilitada a empresa recorrida **LOGRAR ENGENHARIA LTDA**, com base no que foi exposto no presente recurso, inabilitando a empresa recorrida.



Diante do exposto, requerer se digne esta comissão em receber o tempestivo recurso, determinando o seu imediato processamento para ao final, acolhendo as razões supra, reconsiderar a decisão atacada, por ser direito a perfazer Justiça.

Termo em que,
Espera provimento.

Petrópolis, 27 de outubro de 2023.

MARCO ANTONIO GALVAO

CARNEIRO DA COSTA:02294047745

MARCO ANTONIO GALVAO CARNEIRO DA COSTA

CPF/MF Nº 022.940.477-45

Sócio Administrador

Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO
GALVAO CARNEIRO DA COSTA:02294047745
Dados: 2023.10.27 11:36:25 -03'00'

RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 JUN 1973

Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem as letras "d" e "f", parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei nº 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos;

CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea "b" do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

RESOLVE:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 2º - Compete ao ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.

Art. 3º - Compete ao ENGENHEIRO AERONÁUTICO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; infra-estrutura aeronáutica; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo; seus serviços afins e correlatos;

Art. 4º - Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

a) loteamentos;

b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;

c) traçados de cidades;

d) estradas; seus serviços afins e correlatos.

II - o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

Art. 6º - Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas

elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos.

Art. 10 - Compete ao ENGENHEIRO FLORESTAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 11 - Compete ao ENGENHEIRO GEÓLOGO ou GEÓLOGO:

I - o desempenho das atividades de que trata a Lei nº 4.076, de 23 JUN 1962.

Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

Art. 13 - Compete ao ENGENHEIRO METALURGISTA ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL E DE METALURGIA ou ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE METALURGIA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos metalúrgicos, instalações e equipamentos destinados à indústria metalúrgica, beneficiamento de minérios; produtos metalúrgicos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 14 - Compete ao ENGENHEIRO DE MINAS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à prospecção e à pesquisa mineral; lavra de minas; captação de água subterrânea; beneficiamento de minérios e abertura de vias subterrâneas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 15 - Compete ao ENGENHEIRO NAVAL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a embarcações e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; diques e porta-batéis; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte hidroviário; seus serviços afins e correlatos.

Art. 16 - Compete ao ENGENHEIRO DE PETRÓLEO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução referentes a dimensionamento, avaliação e exploração de jazidas petrolíferas, transporte e industrialização do petróleo; seus serviços afins e correlatos.

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:

I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Art. 19 - Compete ao ENGENHEIRO TECNÓLOGO DE ALIMENTOS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria de alimentos; acondicionamento, preservação, distribuição, transporte e abastecimento de produtos alimentares; seus serviços afins e correlatos.

Art. 20 - Compete ao ENGENHEIRO TÊXTIL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria têxtil; produtos têxteis, seus serviços afins e correlatos.

Art. 21 - Compete ao URBANISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito; seus serviços afins e correlatos.

Art. 22 - Compete ao ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 23 - Compete ao TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR ou TECNÓLOGO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

~~Art. 24 - Compete ao TÉCNICO DE GRAU MÉDIO:~~

~~-~~

~~I - o desempenho das atividades 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;~~

~~-~~

~~II - as relacionadas nos números 07 a 12 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo. Revogado pela Resolução 1.057, de 31 de julho de 2014~~

Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.

Parágrafo único - Serão discriminadas no registro profissional as atividades constantes desta Resolução.

Art. 26 - Ao já diplomado aplicar-se-á um dos seguintes critérios:

I - àquele que estiver registrado, é reconhecida a competência concedida em seu registro, salvo se as resultantes desta Resolução forem mais amplas, obedecido neste caso, o disposto no artigo 25 desta Resolução.

II - àquele que ainda não estiver registrado, é reconhecida a competência resultante dos critérios em vigor antes da vigência desta Resolução, com a ressalva do inciso I deste artigo.

Parágrafo único - Ao aluno matriculado até à data da presente Resolução, aplicar-se-á, quando diplomado, o critério do item II deste artigo.

Art. 27 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revogam-se as Resoluções de nº 4, 26, 30, 43, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 67, 68, 71, 72, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 95, 96, 108, 111, 113, 120, 121, 124, 130, 132, 135, 139, 145, 147, 157, 178, 184, 185, 186, 197, 199, 208 e 212 e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 JUN 1973.

Prof. FAUSTO AITA GAI

Presidente

Engº.CLÓVIS GONÇALVES DOS SANTOS

1º Secretário

Publicada no D.O.U. de 31 JUL 1973.

Insira um termo



Filtros de pesquisa

ÁREA

☐ Licitação 1 > [Súmulas](#) > Lista de resultadosOrdenar por
Mais recentes

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.



Acórdão 32/2011-Plenário |
RELATOR UBIRATAN AGUIAR
Área: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Exigência
Outros indexadores: Súmula, Relevância, Capacidade técnico-operacional, Quantidade, Limite mínimo, Valor

1 - 1 de 1



Insira um termo

Filtros de pesquisa

ÁREA



Licitação 1



Pag. 01/12

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0593941-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2023/170990-0

28/02/2023 11:32:44

JUCERJA

Último arquivamento:

00004364001 - 16/08/2021

NIRE: 33.2.0593941-1

SERPAV COMERCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Boleto(s): 104306690

Hash: 920D37ED-DA29-4DBD-ADBC-97FAF5C0F3B7

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SERPAV COMERCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	Renata Aparecida Raeder
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2422472956
E-mail:	contabil.contsis@outlook.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	28/02/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

28/02/2023

Data



00-2023/170990-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SERPAV COMERCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

NIRE: 332.0593941-1 Protocolo: 00-2023/170990-0 Data do protocolo: 28/02/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/03/2023 SOB O NÚMERO 00005350366 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 78286E9932D9650CC52FA72D29610ADFB76902FF4CBD0313A30BD13558B4E5A5

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/12

**SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA**

SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido em 08/02/1972, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 09400308-4 expedida pelo IFP/RJ e, do CPF/MF nº 022.940.477-45, residente e domiciliado na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, e, **Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa**, brasileiro, solteiro, nascido em 18/03/1968, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 07962364-1 expedida pelo IFP/RJ e, do CPF/MF nº 971.570.077-20, residente e domiciliado na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, e, **Mariluci Galvão Carneiro da Costa**, brasileira, divorciada, nascida em 29/11/1979, engenheira civil, portadora da Carteira de Identidade nº 012418588-5 expedida pelo IFP/RJ, Registro Profissional nº 2006129136 expedida pelo CREA/RJ e, do CPF/MF nº 084.724.007-00, residente e domiciliada na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, únicos sócios da sociedade empresária limitada **Serpav Comércio e Pavimentação Ltda**, com sede na Estrada União e Indústria, nº 7289 - loja 07, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-725, com registro na JUCERJA sob o nº 332.0593941-1, por ato de 15/01/1998, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.398.564/0001-50, resolvem, por esta e na melhor forma de direito, em conformidade com o disciplinado no Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02), proceder a Sétima Alteração Contratual Consolidada para, **alteração do endereço, alteração do objeto social e aumento do capital social**, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - Da Alteração do Endereço da Sede:

A sede que estava localizada na Estrada União e Indústria, nº 7289 - loja 07, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-725, passará a situar-se na **Estrada União e Indústria, nº 7408 - casa B, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-726**.

Cláusula Segunda - Da Alteração do Objeto Social:

A sociedade terá como objeto social as atividades de **construção e recuperação de autoestradas, rodovias e ferrovias; pinturas para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; construção, pavimentação, conservação e manutenção asfáltica, em concreto e demais tipos, em vias urbanas como: rodovias, ruas, avenidas, praças e calçadas; construção de edifícios residenciais, comerciais, industriais e públicos; reformas, manutenções e alterações em edifícios de qualquer natureza; obras de contenção e urbanização; serviços de engenharia em geral, como a elaboração e execução de projetos; instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e de gás; serviços de pinturas prediais e industriais; locação e manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, com ou sem operador; comércio varejista de materiais de construção em geral, tais como: areia, pedra britada, cimento asfáltico; serviços de terraplanagem e transporte de terra; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de carga em geral; escavação e assentamento de tubulação para água, esgoto e galerias**

pluviais; coleta de resíduos não-perigosos; obras de irrigação; obras portuárias, marítimas e fluviais; construção de instalações esportivas e recreativas; demolição de edifícios e outra estruturas; impermeabilização em obras de engenharia civil; outras obras de acabamento da construção; obras de fundações; administração de obras; comércio atacadista de materiais de construção em geral; comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente; serviços de arquitetura; locação de automóveis sem condutor; locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; locação de mão-de-obra temporária e atividades paisagísticas.

Codificação das Atividades Econômicas

- 4213-8/00 - Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas
- 4399-1/01 - Administração de obras
- 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
- 8130-3/00 - Atividades paisagísticas
- 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos
- 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
- 4684-2/99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
- 4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
- 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 4120-4/00 - Construção de edifícios
- 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
- 4222-7/01- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
- 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias
- 4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
- 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
- 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
- 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
- 7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária
- 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
- 4391-6/00 - Obras de fundações
- 4222-7/02 - Obras de irrigação
- 4313-4/00 - Obras de terraplanagem
- 4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais

4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção
4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
4929-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista
7111-1/00 - Serviços de arquitetura
7112-0/00 - Serviços de engenharia
4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

Cláusula Terceira - Do Aumento do Capital Social:

O capital social que era de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil) reais, dividido em 420.000 (quatrocentos e vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um) real cada uma, em moeda corrente nacional, subscrito e integralizado, é aumentado em R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil) reais, passando a ser de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) reais, em moeda corrente nacional, subscrito e integralizado neste ato, sendo distribuído aos sócios na seguinte proporção.

Sócios	Quotas	Porcentagem - %	Valor Total - R\$
Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa	33,34	33,34%	500.100,00
Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa	33,33	33,33%	499.950,00
Mariluci Galvão Carneiro da Costa	33,33	33,33%	499.950,00
Total Geral	100.000	100	1.500.000,00

Cláusula Quarta - Das Alterações Contratuais e da Consolidação:

As alterações ora elencadas, não modificam somente as cláusulas necessárias do contrato social, mas conferem pelo presente instrumento, nova redação ao mesmo, o qual está consolidado neste ato e passará a reger a empresa, como a seguir está disposto.

CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, nascido em 08/02/1972, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 09400308-4 expedida pelo IFP/RJ e, do CPF/MF nº 022.940.477-45, residente e domiciliado na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, e, **Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa**, brasileiro, solteiro, nascido em 18/03/1968, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 07962364-1 expedida pelo IFP/RJ e, do CPF/MF nº 971.570.077-20, residente e domiciliado na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, e, **Mariluci Galvão Carneiro da Costa**, brasileira, divorciada, nascida em 29/11/1979, engenheira civil, portadora da Carteira de Identidade nº 012418588-5 expedida pelo IFP/RJ, Registro Profissional nº 2006129136 expedida pelo CREA/RJ e, do CPF/MF nº 084.724.007-00, residente e domiciliada na Rua Paulicéia, nº 53, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-260, únicos sócios da sociedade empresária limitada **Serpav Comércio e Pavimentação Ltda**, com sede na Estrada União e Indústria, nº 7408 – casa B, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP: 25.730-726, com registro na JUCERJA sob o nº 332.0593941-1, por ato de 15/01/1998, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.398.564/0001-50, resolvem, por esta e na melhor forma de direito, consolidar seu Contrato Social, na forma disciplinada no Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/02), o qual se regerá em conformidade com as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Da Denominação Social:

A sociedade empresária limitada adotará como nome empresarial **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** e utilizará como título do estabelecimento **SERPAV CARNEIRO E FILHOS**.

Cláusula Segunda - Da Sede e da Criação de Filiais:

A sede desta sociedade está localizada na **Estrada União e Indústria, nº 7408 – casa B, Nogueira, Petrópolis/RJ, CEP.: 25.730-726**, podendo criar filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional, observando a legislação vigente, sempre de acordo com os seus interesses e por deliberação dos sócios.

Cláusula Terceira - Do Objeto Social e do Prazo de Duração:

A sociedade tem como objeto social as atividades de **construção e recuperação de autoestradas, rodovias e ferrovias; pinturas para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; construção, pavimentação, conservação e manutenção asfáltica, em concreto e demais tipos, em vias urbanas como: rodovias, ruas, avenidas, praças e calçadas; construção de edifícios residenciais, comerciais, industriais e públicos; reformas, manutenções e alterações em edifícios de qualquer natureza; obras de contenção e urbanização; serviços de engenharia em geral, como a elaboração e execução de projetos; instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e de gás; serviços de pinturas prediais e industriais; locação e manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, com ou**

sem operador; comércio varejista de materiais de construção em geral, tais como: areia, pedra britada, cimento asfáltico; serviços de terraplanagem e transporte de terra; transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de carga em geral; escavação e assentamento de tubulação para água, esgoto e galerias pluviais; coleta de resíduos não-perigosos; obras de irrigação; obras portuárias, marítimas e fluviais; construção de instalações esportivas e recreativas; demolição de edifícios e outra estruturas; impermeabilização em obras de engenharia civil; outras obras de acabamento da construção; obras de fundações; administração de obras; comércio atacadista de materiais de construção em geral; comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal; transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional; outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente; serviços de arquitetura; locação de automóveis sem condutor; locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; locação de mão-de-obra temporária e atividades paisagísticas, sendo o prazo de duração por tempo indeterminado.

Codificação das Atividades Econômicas

- 4213-8/00 - Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas
- 4399-1/01 - Administração de obras
- 7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
- 7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
- 8130-3/00 - Atividades paisagísticas
- 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos
- 4679-6/99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
- 4684-2/99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
- 4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
- 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 4120-4/00 - Construção de edifícios
- 4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
- 4222-7/01- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
- 4211-1/01 - Construção de rodovias e ferrovias
- 4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
- 4330-4/01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
- 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
- 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor
- 7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporária
- 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

4391-6/00 - Obras de fundações
4222-7/02 - Obras de irrigação
4313-4/00 - Obras de terraplanagem
4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
4330-4/99 - Outras obras de acabamento da construção
4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
4929-9/99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente
4211-1/02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros – locação de automóveis com motorista
7111-1/00 - Serviços de arquitetura
7112-0/00 - Serviços de engenharia
4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
4399-1/99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
4929-9/02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
4929-9/01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
4930-2/01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal

Cláusula Quarta - Do Prazo de Duração:

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida por deliberação dos sócios e nas demais hipóteses previstas em lei.

Cláusula Quinta - Do Capital Social:

O Capital Social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) reais, sendo dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um) real, cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, que em razão das alterações na cláusula anterior, passa a ser distribuído na seguinte proporção:

Sócios	Quotas	Porcentagem - %	Valor Total - R\$
Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa	33,34	33,34%	500.100,00
Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa	33,33	33,33%	499.950,00
Mariluci Galvão Carneiro da Costa	33,33	33,33%	499.950,00
Total Geral	100.000	100	1.500.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Sexta - Das Quotas:

As quotas da sociedade são indivisíveis perante a sociedade e a terceiros, e não poderão estar representadas por mais de um titular, e, da mesma forma, apenas poderão ser cedidas, transferidas, alienadas, inclusive em relação aos direitos sobre as mesmas, a terceiros, se não houver oposição dos sócios representando mais de um quarto do capital social, ressalvando que os demais sócios, em condições de igualdade e preço, terão sempre o direito de preferência, na proporção das quotas de que são possuidores, e se realizada a cessão delas, formalizarão a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: O sócio cedente responderá solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 02 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas mediante a sociedade e a terceiros.

Cláusula Sétima - Da Administração da Sociedade:

A administração da sociedade será exercida pelos sócios **Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa, Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa e Mariluci Galvão Carneiro da Costa**, em conjunto ou isoladamente, os quais responderão ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, e dentro dessas condições poderão praticar todos os atos compreendidos nos objetivos sociais, sempre no interesse da sociedade, assim firmando:

Por “ Serpav Comércio e Pavimentação Ltda ”

Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa

Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa

Mariluci Galvão Carneiro da Costa

Parágrafo Primeiro: Os sócios, os quais cabem a administração, não poderão em qualquer circunstância praticar atos de liberalidade em nome da sociedade e estranhos ao interesse social, ou assumir obrigações em favor de qualquer dos sócios quotistas ou de terceiros, tais como, o da prestação de garantia a favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, configurando-se a prática deste ato como de justa causa para fins de exclusão do sócio da sociedade aos termos do disposto no artigo 1085 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Segundo: Os sócios administradores respondem perante a sociedade e a terceiros prejudicados, por culpa no exercício de suas funções.

Cláusula Oitava - Do Pró-labore:

Os sócios administradores **Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa, Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa e Mariluci Galvão Carneiro da Costa**, no exercício da administração da sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de

pró-labore e cujo valor estará de acordo com as disponibilidades do caixa, obedecendo ao que dispõe a legislação fiscal vigente e os seus limites.

Cláusula Nona - Dos Desimpedimentos Legais:

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer atividades empresariais, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula Décima - Do Exercício Social:

Ao término de cada exercício social, que corresponde ao ano civil, em 31 de dezembro, ou a qualquer tempo em que os sócios julguem convenientes, os sócios administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Único: Caberão aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Cláusula Décima Primeira - Da Subsidiaridade:

Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela sociedade.

Cláusula Décima Segunda - Das Deliberações:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso, sendo que adotarão preferencialmente, em suas deliberações, a forma estabelecida no disposto no artigo 1072, § 3º do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Cláusula Décima Terceira - Do Conselho Fiscal:

Fica estabelecido que nesta sociedade não existirá Conselho Fiscal.

Cláusula Décima Quarta - Da Morte, Interdição e Incapacidade:

No caso de morte, de interdição, de retirada ou de exclusão de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá e não entrará em liquidação, mas proceder-se-á, ao levantamento de um balanço, devendo os sócios remanescentes pagar aos herdeiros do sócio falecido, sócio retirante ou sócio excluído, a sua parte no Capital Social e Lucros Sociais, na proporção de suas quotas, com base na situação patrimonial da sociedade, não prejudicando a sua normalidade.

Parágrafo Primeiro: O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar a sua resolução por escrito ao demais sócio, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Segundo: O sócio remanescente terá direito de preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

Parágrafo Terceiro: Um ou mais sócios poderão ser excluídos por justa causa, em virtude da prática de atos graves, que coloquem em risco a continuidade da empresa,

pela maioria de sócios que representem mais da metade do capital social, mediante reunião especialmente convocada, assegurado ao(s) acusado(s) amplo direito de defesa.

Parágrafo Quarto: A exclusão de sócio dar-se-á também judicialmente por iniciativa da maioria dos sócios, na hipótese de não cumprimento de suas obrigações perante a sociedade, bem como por incapacidade superveniente.

Parágrafo Quinto: Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cuja quota tenha sido liquidada judicialmente para o pagamento de credor particular do sócio.

Cláusula Décima Quinta - Da Liquidação:

Em caso de liquidação da sociedade, os saldos a pagar aos herdeiros ou sócios retirantes ou ao representante legal do interdito, serão devidamente pagos no ato da liquidação.

Cláusula Décima Sexta - Dos Casos Omissos:

Os casos omissos do presente contrato serão resolvidos apenas pela aplicação dos dispositivos do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), sem prejuízo de legislações aplicáveis e que venham a tratar da matéria.

Cláusula Décima Sétima - Do Foro:

Os contratantes elegem o foro da cidade de Petrópolis/RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir do presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (um) exemplar, e para um só efeito, que serão assinados pelos sócios, para que produza os devidos efeitos legais.

Petrópolis/RJ, 16 de fevereiro de 2023.


Marco Antonio Galvão Carneiro da Costa

Antonio Carlos Galvão Carneiro da Costa

Mariluci Galvão Carneiro da Costa

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA SERPAV COMERCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, NIRE 33.2.0593941-1, PROTOCOLO 00-2023/170990-0, ARQUIVADO EM 02/03/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005350366, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 051.768.057-23	RENATA APARECIDA RAEDER

02 de março de 2023.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2372099685



NOME
MARCO ANTONIO GALVAO CARNEIRO DA COSTA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
094003084 IFP RJ

CPF
022.940.477-45

DATA NASCIMENTO
08/02/1972

FILIAÇÃO
ANTONIO CARNEIRO DA COSTA
MARIA DE JESUS GALVAO COSTA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
E

Nº REGISTRO
00090051160

VALIDADE
27/03/2027

1ª HABILITAÇÃO
27/02/1991

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PARAIBA DO SUL, RJ

DATA EMISSÃO
29/03/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11155510145
RJ321117310

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN